

Juventude, vulnerabilidade e o futuro da escola.

Danilo Melo de Moraes Carvalho ¹
Marcos Luciano Lopes Messeder ²

RESUMO

Este artigo de revisão bibliográfica discute as implicações da pesquisa sobre juventudes vulneradas para a educação escolar do futuro, tarefa realizada em cinco etapas de contextualização. A primeira dedicada à conjuntura atual das políticas de educação no Brasil e à situação juvenil, a segunda, às lacunas da pesquisa em educação sobre juventudes vulneradas e o conseqüente desamparo sobre o assunto na formação de professores e a terceira, dedicada aos desafios das escolas das favelas, para especificarmos entraves políticos pedagógicos para a escola do futuro. Ao final, são discutidas implicações para a educação escolar do futuro, tomando como referência horizontes democráticos da formação para a cidadania, previstos na Constituição de 1988 e orientadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 9.394/96. Nas considerações finais, as implicações para a educação escolar do futuro são orientadas a partir de ancoragens constitucionais da formação para a cidadania e que tome a diferença e a desigualdade como objeto de políticas emancipatórias, orientadas por pesquisas educacionais que instrumentalizem seus profissionais a entenderem a pobreza como problema histórico. Tomarmos as escolas de zonas segregadas como espaço de pesquisas e extensão interdisciplinares entre educação e ciências sociais é um caminho importante, tanto para superar lacunas da pesquisa em educação, quanto para a compreensão social dos fenômenos educativos, que desafiam o projeto de educação escolar do futuro.

Palavras-chave: escola, juventude, vulnerabilidade.

INTRODUÇÃO

Este artigo de revisão bibliográfica discute as implicações da pesquisa sobre juventudes vulneradas para a educação escolar do futuro e esta tarefa nos impõe a retomada dos objetivos da escola do presente, enquanto parte do projeto do Estado brasileiro, cuja orientação democrática é a referência para o futuro, como caminho para a reparação histórica em relação às desigualdades persistentes de nossa herança colonial, estampada na face da juventude que ocupa escolas nos territórios segregados. Neste sentido, a gestão educacional democrática serve de referência para pensarmos o presente e o futuro da educação escolar.

O referencial teórico para discutir as implicações da pesquisa sobre juventudes vulneradas para a educação escolar do futuro, foi dividido em leituras sobre a conjuntura atual

¹ Doutorando do Curso de Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Docente no Departamento de Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS dmmcarvalho@uefs.br;

² Professor orientador: Doutor, Antropologia e Sociologia – Université Lumière Lyon. Docente no Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia – UNEB marmesseder21@gmail.com



das políticas sociais e de educação no Brasil, leituras de estado da arte sobre juventude e vulnerabilidade na pesquisa em educação, leituras sobre experiências de escolas de favela e, ao final, sobre gestão educacional democrática, como forma de retomar o projeto de escola pública previsto em lei, a partir de um alinhamento constitucional e sua função de promoção da cidadania dos que mais precisam, configurando tanto a democratização do acesso à escola, quanto os usos da escola em sua função de formação para a democracia.

Diante das atuais tendências antidemocráticas que ameaçam o projeto nacional de formação para a cidadania, o referencial teórico utilizado nesta pesquisa ajuda discutir contradições e retrocessos na conjuntura atual das políticas sociais e de educação no governo brasileiro, pontuando acontecimentos que, ao mesmo tempo em que ameaçam o pacto pela democracia, ínsita para uma retomada das pautas democráticas.

A falta de dedicação do campo da educação à pesquisa sobre juventudes vulneradas, identificada na retomada do estado da arte, gera uma lacuna no conhecimento pedagógico que fragiliza a formação dos profissionais da educação, no enfrentamento dos problemas vivenciados por alunos que frequentam escolas segregadas. A discussão sobre a relação entre escola e favela, produzida no campo das ciências sociais apontam importantes desvios pedagógicos da relação entre professores e alunos de escolas localizadas em territórios segregados, produzidos enquanto estratégias problemáticas de adaptação a esses contextos, como a exclusão ou subestimação das possibilidades dos alunos. As condições estruturais, os problemas dos alunos e seus familiares, a questão da violência, do tráfico e da distância cultural entre professores e alunos são discutidos neste contexto das escolas das favelas como referência para pensarmos a educação escolar do futuro a partir de problemas concretos.

A discussão sobre a gestão democrática retoma a orientação atual do projeto de escola brasileiro como dispositivo legal para continuar construindo a escola do futuro, enquanto dispositivo de formação para a cidadania, desdobramento legal da Constituição de 1988, orientada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 9.394/96. Nesta discussão a gestão democrática é apresentada como um dos princípios orientadores do ensino público incluída no projeto do Plano Nacional da Educação, aprovado pela Lei n. 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Ao final são sugeridas articulações interdisciplinares para pesquisa e extensão em educação tomando as escolas de territórios segregados como referência para a construção de processos educacionais emancipatórios e articulados com a promoção de direito e articulações intersetoriais.

METODOLOGIA

Este artigo de revisão bibliográfica discute as implicações da pesquisa sobre juventudes vulneradas para a educação escolar do futuro e está dividido em cinco etapas de contextualização. A primeira consistiu em leituras e produção de texto sobre a conjuntura atual das políticas de educação no Brasil e a situação juvenil a partir de dados do Atlas da Violência, como forma de demarcar entraves e tendências para a escola do futuro, como definido em âmbito constitucional. A segunda etapa consistiu na retomada do estado da arte sobre juventudes e vulnerabilidade, da minha tese³, para pontuar lacunas da pesquisa em educação como referência de orientação para profissionais da escola abordarem jovens em situação de vulnerabilidade.

A terceira etapa consistiu na leitura e produção de texto sobre escolas das favelas, como referência para especificarmos entraves políticos pedagógicos para a escola do futuro e, ao final, na quarta etapa, são discutidas implicações para a educação escolar do futuro, tomando como referência horizontes democráticos da formação para a cidadania, prevista na Constituição de 1988 e orientadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 9.394/96. Nas considerações finais foi produzida uma reflexão que associou as tendências das políticas de educação, as lacunas da pesquisa educacional sobre juventudes vulneradas e os entraves das escolas de território segregados, para então, serem pautadas as implicações para a educação do futuro, como um grande desafio orientado constitucionalmente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A conjuntura das políticas sociais no Brasil a partir de 2018

As implicações das pesquisas sobre juventudes⁴ vulneradas⁵ para a educação do futuro, serão melhor compreendidas ao situarmos as políticas educacionais no âmbito da política social da atual conjuntura governamental do Brasil, com tendências contrárias ao projeto democrático da Constituição de 1988. A tônica da atuação governamental, segundo Cruz (2022, p. 53), tem

³ Este artigo é um dos desdobramentos do meu doutorado em educação, no qual discuto sobre experiências juvenis em contextos de vulneração, a partir do estado da arte sobre juventude e vulnerabilidade, e a partir da observação participante de rotinas juvenis nos contextos da pesquisa. A pesquisa foi aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa pelo parecer de n 5.353.961, CAAE 55779721.3.000.0057.

⁴ Os estudos sobre juventudes abarcam o público predominante da rede escolar e aqui reside a importância de tomá-los como referência para este estudo e por ser o público interlocutor de minha pesquisa de doutorado.

⁵ Como discutido na minha tese, o conceito de vulneração foi escolhido para adjetivar jovens da pesquisa enquanto sujeitos da efetivação de vulnerabilidades. A vulnerabilidade seria a condição de vulnerável a algo e a vulneração, seria a vulnerabilidade efetivada, cuja soma de mazelas torna os jovens afetados e não, simplesmente, afetáveis.



sido, desde 2018, um retrocesso no projeto democrático brasileiro, tocada pelo conservadorismo da extrema direita nacional, a partir da “militarização da agenda pública”, “ódio na política” e “desregulamentação das políticas sociais”, configurando ataques à classe trabalhadora e aos grupos menos favorecidos, com os quais o Estado brasileiro já tem dívida histórica. Quilombolas, povos indígenas e outros grupos que “atrapalham” avanço do mercado neoliberal experimentaram, de forma mais enfática nos últimos anos, a face agressiva do Estado e suas ações concretas de liberalização de agrotóxicos, avanço nas fronteiras de desmatamento na Amazônia, fomento ao armamento civil e impactos negativos na previdência social.

O Estado brasileiro se apresenta, na atual conjuntura governamental, abrindo mão da proteção à vida e assumindo um caráter punitivo contra a sociedade como um todo, inclusive contra os que elegeram a presidência, enquanto sociedade civil, a exemplo do descaso durante a Pandemia. Apesar do diagnóstico, Cruz (2022) acredita não ser possível o cumprimento da agenda de desmonte, do atual governo, em tempo hábil, dado o seu tempo de duração e a queda de sua popularidade nos últimos tempos. O autor (op. cit., p. 64) caracteriza o governo atual pela lógica da “antigovernamentalidade”, pela negação e destruição do aparato social das políticas protetivas, especialmente de “grupos sociais destituídos ou marginalizados, mas sobretudo por uma forte negação da cidadania e da substituição de uma agenda pública por uma agenda dos costumes.”

As notícias falsas, popularizadas enquanto *fake news* têm sido apontadas com um dos recursos usados para a produção de uma imagem negativa do Estado brasileiro perante a sociedade civil para deslegitimar setores e políticas públicas. A mira do governo, segundo Cruz (2022, p. 66), está voltada para as “instituições criadas para controle público do executivo, a participação social e o amplo, porém frágil, espectro democrático criado a partir de 1988.”

Ao longo do atual governo, a depredação das instituições democráticas foi demonstrada nos ataques à imprensa, ao poder legislativo, ao executivo e ao judiciário. Obviamente que estamos falando de uma conjuntura da sociedade civil que se faz representar, enquanto eleitora, em uma bancada governamental composta por atores tradicionalmente hegemônicos e que sempre ocuparam espaço nas entranhas do Estado brasileiro, a saber, as forças armadas a polícia, parlamentares da bancada “evangélica” e da “bala”, grupos obviamente antidemocráticos que ganharam força com a insatisfação produzida a partir de críticas aos governos de esquerda anteriores.

A nomeação de sujeitos que contradizem as pastas do governo às quais foram destinadas foi apontada por Cruz (2022) como mais uma estratégia de desmonte do aparato democrático do Estado brasileiro, a exemplo da indicação de Ricardo Sales, o ruralista anti-ambientalista ao



Meio ambiente, Damares Alvez, a evangélica que moralizou a pauta social da cidadania e Sérgio Camargo para a Fundação Palmares, sendo ele um opositor da pauta antirracista. Para a educação, foi indicado um pastor, cujo posicionamento foi oposto à educação pública e à garantia da educação como direito. Cruz finaliza seu texto afirmando haver uma lacuna de hegemonia em relação a conjuntura atual, a ser superada pela reorganização das esquerdas e dos sentidos dados às políticas sociais, dentro de um projeto de superação das desigualdades. Neste sentido para pensarmos a educação escolar do futuro, ao invés de reinventarmos a roda, precisamos ainda mais reconhecer e valorizar as ancoragens democráticas da educação brasileira, no que está garantido em lei.

O cenário recente das políticas de educação básica

É importante destacar que o gérmen desta reconfiguração política geral e em especial no campo educacional se fez evidente no governo de Temer, antecessor do governo atual, quando se deu, por exemplo, a criação da Base Nacional Curricular Comum, que apesar de manter a “parte diversificada” do currículo que garantisse a inclusão de conteúdos que fossem relevantes aos interesses específicos da comunidade escolar, se apresentou a partir da redução dos conteúdos da aprendizagem às competências, condição favorável às finalidades tecnicistas e reprodutivistas do processo de ensino e aprendizagem.

Já no Governo Bolsonaro, a outra proposta apontada como consensual da direita, que assusta os mais inclinados aos anseios democráticos da educação, foi a implementação do Programa Nacional das Escolas Cívico Militares, no âmbito municipal, estadual e federal e a criação da Secretaria de Fomento à Escolas Cívico-Militares, pelo Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019. Esta tendência vai na direção contrária à desmilitarização do Estado e da proposta de gestão democrática que veio para superar a herança do regime militar no Brasil, por colocar os militares e a polícia nas escolas que são orientadas pelo decreto. Segundo Souza (2022), atrelada a essa proposta, surge um modelo de “Projeto Político Pedagógico” orientado por diretrizes antidemocráticas e desinteressada pela diversidade.

Para Souza (2022, p. 179), estas ações definem o caráter autoritário do atual governo, pelo foco na falácia da normatização e da disciplina dos corpos, para que se tonem doces e úteis. A autora aponta ainda que esta atuação governamental visa pôr fim ao debate da diversidade, promovendo violência simbólica “sob corpos negros, indígenas, mulheres e outras minorias, que no atual cenário, tem reforçado a necessidade de se pautar essas diferenças como fator de emancipação”. No esteio da liberalização da educação básica, em 10 de junho de 2021 a Câmara de Deputados aprovou Projeto de Lei 3262/19 que prevê o “homeschooling” e que

transfere à família, a direção e execução da educação, ideia que ameaça a educação como dever do Estado e impossibilita a convivência com a diversidade cultural.

A autora alerta para os riscos de ainda maiores retrocessos na educação brasileira, considerando que as mudanças já em curso fazem parte da agenda neoliberal que avança a toque de caixa e de forma sistêmica, por dentro do Estado. Nas suas “considerações para não finalizar”, Souza (op. cit.) afirma que se por um lado a pandemia evidenciou o ódio e a licença para matar e deixar morrer do atual governo Brasileiro, por outro, revelou a sua incompetência para proteger a vida dos cidadãos, o que levou ao próprio insucesso de sua proposta neoliberal, de que a liberdade econômica regula o social. Em termos de proposta de superação desta conjuntura, Souza (2022) sugere que afirmemos a escola e a universidade pública a partir de uma perspectiva de sociabilidade que contraria correntes impostas pelo capital e aponta para os avanços nas articulações da sociedade civil amadurecidos remotamente durante a pandemia, cumprindo papel importante na retomada de pautas comuns de enfrentamento da atual conjuntura, a partir de formações para o pensamento crítico dos tempos atuais, especialmente de jovens das camadas populares, mais afetados pelo descaso do Estado. Vamos, portanto, para a discussão sobre as implicações das pesquisas sobre juventudes vulneradas para a educação escolar do futuro, tomando como base o estado da arte sobre “juventude, vulnerabilidade e educação”, a pesquisa sobre escolas das favelas e a discussão sobre a gestão educacional democrática no Brasil.

Estudos sobre juventudes vulneradas

Como se não houvesse antecedentes para a desmilitarização do estado Brasileiro, recém saído do regime militar, assistimos a essa onda contemporânea de militarização do Estado e milicianização das periferias, em pleno alerta sobre a realidade de grande parte dos jovens brasileiros que se tornou alarmante a partir da divulgação de dados do Atlas da Violência (IPEA, 2017, 2018, 2019, 2020), evidenciando a preferência do sistema prisional e do extermínio por armas de fogo, por jovens negros, do sexo masculino, geralmente no intervalo etário de 15 a 29 anos. Ficou evidente que o principal alvo da educação escolar pública e democrática, tem sido perdido pela agilidade da segurança pública, mais eficiente em atingir “alvos”, em suas técnicas de encarceramento e letalidade seletiva de determinados tipos de jovens, preferencialmente homens, negros e pobres.

Feita esta contextualização das políticas de educação no governo atual e da situação dos jovens das camadas populares, vejamos o que discutem as pesquisas sobre jovens vulnerados em escolarização, no contexto da favela, para discutirmos as implicações para educação escolar do futuro. situando entraves e possibilidades da formação para a cidadania.



Das pesquisas levantadas no estado da arte sobre “juventude, adolescência e vulnerabilidade” destaco as críticas dirigidas ao campo da educação, por seu decrescente interesse, nos anos 2000, pela temática das juventudes, em especial para as situações de vulnerabilidade e escolas de territórios segregados. Em segundo lugar, temos o problema da pouca aproximação das pesquisas em educação em direção às ciências sociais, à história e por fim, a falta de uma abordagem socioantropológica em educação, que nos possibilite compreender os jovens, suas experiências e contextos de vida, para quem e para além das definições que ofuscam suas próprias e espontâneas definições da realidade social em que vivem.

Em relação ao desinteresse do campo da educação pela temática da juventude e vulnerabilidade, a tendência a reduzir a experiência juvenil aos aspectos pedagógicos e os processos de ensino e aprendizagem (SPOSITO, 2002a), anda lado a lado com a tendência a desconsiderar as experiências advindas de outros espaços de sociabilidade. A constatação de que apesar do ECA, o Estado e a escola não viabilizam novas alternativas educacionais que incorporem as crianças e jovens em processo de exclusão (CORTI, 2002) foi outra discussão importante.

A pouca aproximação das pesquisas em educação em direção às ciências sociais, à história é situação que de alguma forma fundamenta a situação discutida no parágrafo anterior, considerando que estas áreas disciplinares já possuem tradição de pesquisa sobre a temática, a partir de uma contextualização social, histórica e antropológica, mais apropriada para a descrição de contextos e experiências que extrapolam as reduções pedagógicas do que viria a ser a juventude que entra e sai todos os dias nas escolas e muitos não voltam.

A crítica à falta de uma abordagem em educação que nos possibilite descrever o que dizem e vivem os jovens vulnerados, a partir de suas experiências, é acompanhada de uma série de sugestões interessantes para esta pesquisa. A saber, a importância de construirmos problemáticas a partir de um diálogo horizontal com autores que produzem sobre o mesmo tema, e com aproximação ao campo das ciências sociais. Destaco a sugestão de que sejam feitos mais estudos sobre sociabilidade juvenil, voltados para observar mundos juvenis possíveis (SPOSITO, 2002a, 2009b) que possibilitem considerá-los enquanto sujeitos capazes de inventar formas de vida, diante dos problemas que enfrentam (TAKEITI & VICENTIN, 2015). Esta abordagem se orientaria a partir dos efeitos na subjetividade e não das causas, por tomar o ponto de vista juvenil como central na descrição de suas realidades sociais (STENGEL & DAIRELL, 2017).

Neste sentido, pesquisas e intervenções sobre juventude e vulnerabilidade devem ser baseadas na “apreensão dos modos singulares construídos nessas relações, que se expandem para as interações cotidianas com a cidade de modo geral e não focadas no território limitado pelos bairros”. (PRADO et. all., 2019, p. 460). Considerando o desinteresse do campo de pesquisa em educação, sobre a realidade de jovens vulnerados, deduzindo seu impacto negativo por ausência na formação de professores, atualmente não é deste campo da pesquisa que virá a grande referência de ajuste e sim do diálogo interdisciplinar, com as ciências sociais, em especial a antropologia, a sociologia e a história. Eis que a implicação da pesquisa sobre juventude vulnerada para a escola do futuro seria a necessidade de fomento à pesquisa multidisciplinares sobre juventudes em educação, que possam orientar formação de professores, de modo a melhorar a abordagem político pedagógica da escola em relação aos alunos e a sua comunidade, na formação para a cidadania. Nesta direção, de pensarmos a escola pública do futuro, vejamos, a partir da relação entre escola e favela, alguns entraves e possibilidades da formação para a cidadania.

Estudos sobre escola e favela

A discussão entre escola e favela é ilustrativa do grau de alcance da função republicana da escola e suas contradições diante da tarefa de promover a igualdade e a emancipação dos cidadãos, especialmente dos jovens que mais precisam. Paiva (2009, p. 30) afirma que as escolas da favela, “deixam evidente um amplo leque de preconceitos e falta de compreensão da real situação dos alunos aos quais atendem”. Nas considerações finais de seu artigo, a autora menciona o diagnóstico de uma incapacidade das escolas da favela por ela pesquisada, de atender às reais necessidades dos seus alunos e sinalizou a ausência de projetos pedagógicos que valorizassem as referências de vida dos alunos. Se referindo às estratégias de gestão escolar participativa, sugeriu que políticas de governo passassem a ser políticas de Estado e que fossem criados mecanismos de prestação de contas por parte dos gestores e outros profissionais de educação sobre a qualidade da gestão democrática na escola.

A questão chave da relação entre família e escola da favela é diagnosticada por Telles (2009), a partir de entrevista com professores do seu contexto de pesquisa, como um desafio para a escola, por conta dos vínculos escassos e pelo fato da família ser considerada como problemática pelos profissionais da escola, de modo que esta relação citada como “insatisfatória” pelos entrevistados, se faz necessária. Por outro lado, a autora chama atenção para a tendência perversa da relação com os alunos, presente nas falas dos professores entrevistados, na medida em que são tratados como meramente desinteressados, violentos,

justificados pela pobreza e o contexto em que vivem, contribuindo para o reforço de uma auto imagem negativa e da sua família, como responsáveis pelas suas próprias mazelas. Telles (2009, p. 165) propõe que “façamos uma releitura do lugar da escola e da educação na sociedade brasileira para poder sair do ‘círculo vicioso’ diagnosticado”.

Salomone (2009, p. 236), ao discutir sobre “o desafio das práxis pedagógica em meios populares”, se refere ao caráter segregatório inerente à existência da favela e por isto reforça a importância do objetivo de socialização presente no projeto da escola pública brasileira, a partir da qual espera-se incorporar os indivíduos em um “conjunto de normas e valores, ordenando as interações entre eles e a sociedade, posicionando-os dentro da estrutura social e conferindo-lhe diferentes tipos de capital”, como condição necessária ao enfrentamento das segregações, na relação com a cidade como um todo.

Um importante dilema discutido por Salomone (2009, p. 257) sobre a interação entre professores e alunos foi o efeito das adaptações entre as exigências de domínio de códigos, símbolos e comportamentos escolares e a linguagem e experiência dos alunos, uma vez que as adaptações tendem a produzir exclusão ou redução dos processos de ensino aos limites do território. Neste sentido, se limitar à realidade local não garante aos alunos a possibilidade de mobilidade social, na medida em que isso implique em abrir mão do acesso à linguagem e bens simbólicos para o exercício da cidadania e entrada no mercado de trabalho.

Outra tendência preocupante que nos faz pensar na prática pedagógica desenvolvida em escolas de espaços segregados é a reação dos professores à constatação da estima baixa dos alunos ao produzirem o que chamo de “pedagogia da auto ajuda”, paternal e que opera abrindo mão do conteúdo formal “buscando suprir as carências afetivas dos alunos e direcionando o eu trabalho à orientação das condutas e à manutenção da confiança” (SALOMONE, 2009, p. 257).

O problema da violência na comunidade está associado principalmente à presença do tráfico de drogas ilícitas e da polícia e produz efeitos como saída de alunos da escola, uso da escola como refúgio ou local para dormir após noites de tiroteios e o sentimento de impotência dos professores esbarra no problema do isolamento setorial da escola que, sozinha, não pode enfrentar diversas questões do território segregado. A presença do tráfico e a adesão dos alunos ao varejo das drogas foi apontado por Salomone como forma de acesso ao consumo, de distinção econômica e visibilidade juvenil nos contextos de sua pesquisa.

O desafio, para os professores, seria o de produzir aproximações mais amplas com o universo dos alunos, conciliando a seleção de conteúdos de aprendizagem e a construção de abordagens que revisem os aspectos formais adquiridos nas formações para a docência. Salomone afirma que tanto a projeção do aluno ideal, quanto a projeção do aluno problema são

parte do mesmo mecanismo perverso de culpabilização dos mesmos, pois, no primeiro caso o professor reagiria pela frustração e exclusão e, no segundo caso, subvalorização e redução da qualidade do ensino, priorizando discussão sobre valores morais em detrimento dos conteúdos curriculares.

Os esforços escolares nos territórios segregados para abrigar a diversidade e a diferença apresentadas por seus alunos, não tem possibilitado a problematização das condições dos alunos, esvaziando de sentido político o processo de educação escolar e o seu objetivo de formação para a cidadania. Concordando com Salomone, tomar as privações de bens materiais e simbólicos dos alunos de territórios segregados como únicos determinantes para compreender as relações no interior da escola esbarra em impossibilidades e imobilidades. A sugestão da autora é a de que rompamos a dicotomia entre local e global e façamos um exercício de superação das homogeneidades aprendidas nas formações para docência, para que abriguemos a diversidade e a diferença com finalidades emancipatórias.

Entraves na formação para a cidadania em contextos de vulneração

Diante dos desafios discutidos desde a conjuntura governamental das políticas sociais, dos retrocessos nas políticas de educação, das lacunas de conhecimento no campo educacional sobre as experiências e os contextos de jovens vulnerados, bem como dos desafios pedagógicos pontuados nos estudos sobre escolas de territórios segregados, retomar o tema da formação para a cidadania enquanto função da escola é um imperativo, para enfrentarmos tendências antidemocráticas do nosso tempo. Nesta perspectiva a indicação legal da gestão educacional democrática e as pesquisas sobre tais experiências no Brasil se tornam referências importantes para pensarmos a educação escolar do futuro, a partir dos problemas e das necessidades do presente.

Como desdobramento legal da Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 9.394/96, apresenta a gestão democrática como um dos princípios orientadores do ensino público e avançando em direção à execução deste princípio, ele foi também incluído no projeto do Plano Nacional da Educação, aprovado pela Lei n. 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Considerando que o regime democrático estabelece para educação um papel fundamental na promoção dos níveis de igualdade para o exercício da cidadania, a sua função política é fundamental.

Hora (2010) afirma que a questão da democracia se apresenta a partir de duas dimensões prioritárias no contexto escolar, que seriam distintas e complementares, a saber, a democratização das relações interpessoais e pedagógicas dentro da escola, na construção do



Projeto Político Pedagógico e a outra dimensão seria o papel social de democratização da sociedade, nas frentes de relações com a sociedade civil e com outras instituições do Estado, engajadas na universalização de direitos e na garantia de acesso aos estudantes e suas comunidades.

O fazer democrático na escola e pela escola, seria medido a partir da capacidade de transformar “práticas de costume” em um projeto de inclusão e superação de situações problematizadas, para a produção de uma sociedade melhor. Este tema parece incomodar as aspirações proferidas na atual conjuntura política-governamental do Brasil, na medida em que o conhecimento escolar tem um valor estratégico para o crescimento social, mais que o econômico, como fator de qualificação da vida das pessoas, em pleno desmonte das políticas sociais e em especial, de educação. É importante superarmos a concepção presente nos órgãos oficiais de que democratizar a escola é simplesmente garantir a sua universalização e as condições de acesso, quando nos referimos à escola pública. Neste âmbito educacional, a formação para a democracia se faz fundamental, considerando a situação de nossas juventudes, como referido nos dados do Atlas da Violência, cujo recorte de raça e classe refletem a continuidade de nossa herança colonial.

Segundo Hora (2010) a vasta produção científica sobre a gestão democrática na escola indica que suas práticas administrativas são marcadas pelo autoritarismo e pela centralização, impossibilitando a participação dos outros segmentos da escola, especialmente os alunos e os pais, situação que se agrava ao considerarmos os contextos segregados discutidos, em que as relação entre professores e alunos é pautada, em geral, na não identificação cultural, projeção do aluno ideal, ou do aluno problema.

A partir da experiência de escolas estudadas em suas pesquisas, Hora (2010, p. 97) afirma que a superação deste cenário se deu por um amplo movimento político pedagógico que possibilitou o “resgate e reapropriação da educação e da escola pública pela comunidade e pelos setores populares”. Este processo teve como orientação a educação como setor engajado no desenvolvimento social justo, em uma escola concebida em seu Projeto Político Pedagógico, como patrimônio da comunidade e espaço público de lazer e cultura.

Procedimentos de reconstrução curricular a partir da realidade contextualizada historicamente, com base em diferentes realidades dos sujeitos da escola, pesquisadas como metodologia de construção social do conhecimento escolar, foram outras experiências mencionadas. A discussão sobre gestão democrática escolar, ofuscada pelas tormentas conservadoras e antidemocráticas da atual performance governamental, é uma pauta prioritária a ser retomada, especialmente se reconhecemos a dívida do estado brasileiro, que sempre



priorizou as suas elites e manteve na injustiça social as camadas majoritárias da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tempos de retrocessos no âmbito das políticas sociais e consequentemente de educação, no Brasil, os dispositivos de regulação democrática, como a escola, longe de serem ultrapassados e inviáveis, continuam nos servindo de horizonte para nos situarmos em relação ao nosso passado autoritário e ao nosso presente semelhante, para que a escola do futuro não seja alienada de nossa experiência histórica e de um projeto que nos ajude a continuar avançando na promoção da igualdade, transformando-a em espaço de formação para a cidadania e que tome a diferença e a desigualdade como objeto de políticas emancipatórias.

Neste sentido, a educação escolar do futuro precisa ser melhor que a de hoje, orientada por pesquisas educacionais que instrumentalizem seus profissionais a entenderem a pobreza como problema histórico, a ser resolvido a partir da compreensão e problematização de realidades sociais, tendo as escolas de espaço segregados como principais referências de reparação das injustiças sociais pelo Estado brasileiro. A importância de tomarmos as escolas de zonas segregadas como espaço de pesquisas e extensão interdisciplinares entre educação e ciências sociais é fundamental tanto para superar lacunas da pesquisa em educação, quanto para a compreensão social dos fenômenos educativos que desafiam o projeto de educação que nos orienta, rumo a uma abordagem que supere o reducionismo pedagógico.

A relação entre escola e comunidade poderia se configurar por uma expansão das fronteiras pedagógicas, para interfaces intersetoriais com profissionais do Sistema Único de Saúde, o Sistema único de Assistência Social e a Segurança Pública, dados os atravessamentos institucionais que se dão em territórios segregados, referência para avaliarmos a expansão da democracia e o engajamento da escola do futuro, na promoção de direitos individuais e sociais, de modo que as restrições dos alunos e de seus contextos sejam objetos de uma educação libertadora, organizados nas intencionalidades negociadas e definidas coletivamente nos Projetos Políticos Pedagógicos.

REFERÊNCIAS:

CORTI, A. P. de O. Adolescentes em processo de exclusão social. In: SPOSITO, Marília Pontes (Org.). **Juventude e escolarização (1980-1998)**. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002a, p. 157-179.

HORA, D. L. da. **Gestão Educacional democrática**. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). **Atlas da violência 2017**. Rio de Janeiro: Ipea; FBSP, 2017.

_____. **Atlas da violência 2018**. Rio de Janeiro: IPEA; FBSP, 2018.

_____. **Atlas da violência 2019**. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: IPEA; FBSP, 2019.

_____. **Atlas da violência 2020**. Rio de Janeiro: Ipea; FBSP, 2020.

PAIVA, A. R. Cidadania e formas de solidariedade social na favela. In: RANDOLPHO, A.; BURGOS, M. B. (Org.). **A escola e a favela**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Ed. Pallas, 2009, p. 17-58.

PENHA, A. C. de S.; FIGUEIREDO, M. das D. O impacto do tráfico de drogas na rotina escolar. In: RANDOLPHO, A.; BURGOS, M. B. (Org.). **A escola e a favela**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Ed. Pallas, 2009, p. 265-280.

RANDOLPHO, A.; BURGOS, M. B. (Org.). **A escola e a favela**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Ed. Pallas, 2009.

SALOMONE, R. Entre o universal e o particular: o desafio da práxis pedagógica em escolas de meios populares. . In: RANDOLPHO, A.; BURGOS, M. B. (Org.). **A escola e a favela**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Ed. Pallas, 2009, p. 235-263.

SILVA, L. R.; RIBEIRO, P. R. de O.; ANDRANDE, M. de O. O descaso com a política educacional no Governo Bolsonaro In: ZIMMERMANN, CRUZ, D. U. da. (Org.). **Políticas sociais no Governo Bolsonaro: entre descasos, retrocessos e desmontes**. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Salvador: Pinaúna, 2022, p.161-174.

SOUZA, M. R. A era bolsonarista e o desmonte das políticas sociais de acesso à educação. Bolsonaro In: ZIMMERMANN, CRUZ, D. U. da. (Org.). **Políticas sociais no Governo Bolsonaro: entre descasos, retrocessos e desmontes**. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Salvador: Pinaúna, 2022, p.175-190.

SPOSITO, M. P. Considerações em torno do conhecimento sobre juventude na área da educação. In: SPOSITO, Marília Pontes (Org.). **Juventude e escolarização (1980-1998)**. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002a, p. 7-26.

SPOSITO, M. P. (Org.). **Juventude e escolarização (1980-1998)**. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002b.

STENGEL, M.; DAYRELL, J. T. Produção sobre adolescência/juventude na pós-graduação da Psicologia no Brasil. **Desidades**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 18-29, mar. 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-92822017000100003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 fev. 2022.



TAKEITI, B. A. e VICENTIN, M. C. G. A produção de conhecimento sobre juventude(s), vulnerabilidades e violências: uma análise da pós-graduação brasileira nas áreas de Psicologia e Saúde (1998-2008). **Saúde e Sociedade** [online]. 2015, v. 24, n. 3 [Acessado 5 Fevereiro 2022] , pp. 945-963. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902015131060>>.

TELLES, S. da S. Pobreza e desigualdade na escola da favela. In: RANDOLPHO, A.; BURGOS, M. B. (Org.). **A escola e a favela**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Ed. Pallas, 2009, p. 133-171.

CRUZ, D. U. da. Políticas sociais e agenda conservadora do Governo Bolsonaro: desdemocratização e degradação. In: ZIMMERMANN, CRUZ, D. U. da. (Org.). **Políticas sociais no Governo Bolsonaro: entre descasos, retrocessos e desmontes**. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Salvador: Pinaúna, 2022, p 53-72.

ZIMMERMANN, C. R. Conservadorismo como linha auxiliar do liberalismo nas políticas sociais do Governo Bolsonaro. In: ZIMMERMANN, CRUZ, D. U. da. da C. (Org.). **Políticas sociais no Governo Bolsonaro: entre descasos, retrocessos e desmontes**. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Salvador: Pinaúna, 2022, p 37-51.

ZIMMERMANN, C. R; CRUZ, D. U. da. (Org.). **Políticas sociais no Governo Bolsonaro: entre descasos, retrocessos e desmontes**. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Salvador: Pinaúna, 2022.